

Dívida interna cresceu 18% em julho

BRASÍLIA - A dívida mobiliária do Governo federal explodiu no mês de julho. O estoque de títulos públicos fora do Banco Central aumentou 18,3% no mês passado, saltando de R\$ 69,5 bilhões em junho para R\$ 82,2 bilhões em julho.

Com isto, a dívida pública cresceu 4,3% em termos reais desde a criação do real. O resultado se deve à forte colocação de títulos no mercado financeiro com o objetivo de enxugar o grande volume de dinheiro em circulação em decorrência da

entrada maciça de dólares no país e da injeção de recursos do Banco Central em bancos com dificuldades de caixa, como foi o caso do Banco Econômico.

A forte entrada de dólares no mês passado obrigou o Banco Central a comprar as divisas, injetando na economia quase R\$ 7 bilhões. O déficit nas contas do Tesouro Nacional por conta do pagamento da primeira parcela do 13º salário dos servidores adicionou mais R\$ 1,1 bilhões ao dinheiro em circulação.

- Por último, a assistência prestada pelo BC ao sistema fi-

nanceiro através da linha de desconto jogou na economia mais R\$ 2,8 bilhões, boa parte dos quais absorvidos pelo Banco Econômico.

Os três fatores provocaram uma pressão de R\$ 10,8 bilhões na base monetária, que representa o dinheiro em circulação mais as reservas mantidas pelo sistema financeiro no BC. Para neutralizar este impacto, o Banco Central vendeu aos bancos R\$ 9,7 bilhões em títulos públicos, um volume recorde em apenas um mês.

Apesar da colocação maciça

de títulos, o volume de dinheiro em circulação aumentou R\$ 1,1 bilhão em julho. Se comparado o saldo do final de julho com o do final de junho, a base monetária cresceu 7,8%. Se a comparação for com base na média dos saldos diários, o aumento foi de 4,9%, o maior desde a criação do Plano Real.

Diante do forte ingresso de divisas e da grande procura dos bancos pelo desconto neste mês, a expectativa do chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, é de que a

dívida pública e a base monetária apresentem um crescimento significativo também em agosto.

O principal inconveniente do crescimento da dívida é o aumento das despesas do Governo, o que eleva o déficit das contas públicas. O Governo acaba sendo obrigado a gastar mais para pagar os juros devidos aos compradores dos títulos públicos.

Além disso, as taxas de juros que o Governo paga também acabam aumentando. Como a autoridade monetária tem que entrar no mercado para enxugar a liquidez da economia, os ban-

cos exigem taxas de juros elevadas para comprar os títulos públicos.

O excesso de liquidez na economia (volume total de dinheiro na economia) preocupa o Governo porque pode alimentar a inflação, atrapalhando o Plano Real. Desde julho do ano passado, a equipe econômica adotou uma política de forte aperto na liquidez, através, principalmente, da manutenção das taxas de juros em patamares elevados e da criação de depósitos compulsórios sobre o sistema financeiro.